

Incidência do passado histórico nos discursos da eleição presidencial de 2018

Incidence of the historical past in the speeches of the 2018 presidential election

Fábio Chilles Xavier

Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo

fabiochilles07@hotmail.com

orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0073-586X>

Resumo:

O objetivo deste trabalho foi mapear e atribuir sentido aos usos políticos do passado histórico ao longo das entrevistas realizadas com os treze candidatos postulantes à presidência em 2018. Com uma metodologia que combinou a comparação quantitativa e qualitativa das incidências do passado nos discursos propõe-se, aqui, a criação de duas categorias analíticas: trânsito temporal do discurso e eixo temporal do discurso para o desenvolvimento deste estudo. Em meio as conclusões obtidas, está a confirmação de que o passado foi um núcleo extremamente ativo na mobilização dos discursos eleitorais e de que os candidatos acessaram o passado predominantemente pela “chave” história magistra vitae, embora esse acesso também tenha ocorrido pela via da nostalgia, ressentimento, imputação, da história como protagonismo coletivo e, de modo mais dramático, pela via do revisionismo/negacionismo.

Palavras-chaves: Eleições de 2018; usos do passado; temporalidades

Abstract:

The objective of this work was to map and assign meaning to the political uses of the historical past throughout the interviews carried out with the thirteen candidates running for the presidency in 2018. With a methodology that combined the quantitative and qualitative comparison of the incidences of the past in the discourses, it is proposed, here, the creation of two analytical categories: temporal transit of discourse and temporal axis of discourse for the development of this study. Among the conclusions obtained, there is the confirmation that the past was an extremely active nucleus in the mobilization of electoral speeches and that the candidates accessed the past predominantly through the “key” magistra vitae history, although this access also occurred through nostalgia, resentment, imputation, of history as collective protagonism and, more dramatically, through revisionism/negationism.

Keywords: 2018 elections; uses of past; temporalities

Introdução

A História esteve presente de maneira muito singular no processo eleitoral brasileiro de 2018. Ao longo das entrevistas realizadas pelos meios televisivos, radiofônicos e suas respectivas transmissões via *streaming*, os treze candidatos à presidência evocaram ou se viram submetidos a discutir sobre os mais variados temas relativos ao passado público do Brasil e do mundo. Desde personagens históricos que habitualmente compõe um certo *topos* nas discussões como Napoleão Bonaparte, Mahatma Gandhi, Princesa Isabel ou Getúlio Vargas; até fatos históricos de alusão menos corriqueira como a publicação da encíclica papal *Rerum Novarum* de 1891, as ações de Leopoldo II da Bélgica no Congo ou o Pacto *Puncto Fijo* de 1958.

Boa parte das referências à História ou ao passado se deram no âmbito de uma ênfase retórica, da evocação de um legado, ou na construção de um argumento tendo a *Historia magistra vitae*¹ como horizonte; porém, em reveladores momentos, também, os próprios significados de fatos, processos ou personagens históricos foram alvos de disputas, especialmente quando remetiam aos nossos passados mais “sensíveis” como relativos à escravidão, à ditadura militar ou aos treze anos de governo do Partido dos Trabalhadores, por exemplo.

Poderia causar um certo estranhamento notar a quantidade de energia dispensada nessas entrevistas para falar sobre o passado em um ambiente discursivo em que o futuro, por definição, seria expectável como eixo das discussões. Em mais de um caso, inclusive, os entrevistados ou entrevistadores chegaram a exibir verbalmente um descontentamento com esse frequente foco no passado². O caso é que, em 2018, não estiveram em curso, apenas projetos de futuro, mas crucialmente, projetos de passado. Uma das premissas desse artigo, portanto, é a de que as evocações à História ao longo do processo eleitoral conduziram as discussões para o passado, de modo comparável à noção de “regime de historicidade passadista” de François Hartog.

Assim, iniciaremos discutindo alguns pontos e conceitos relativos à experiência humana e social com o tempo para melhor encaminhar esse debate. Em seguida, serão analisadas, aqui, falas dos treze candidatos que concorreram à presidência em 2018, selecionadas entre 118

¹ Concepção pedagógica da História, constante no senso comum, de que os ensinamentos do passado constituem um guia para as condutas do presente. O termo foi criado pelo romano Cícero, no século I a. C., num discurso sobre as qualidades do orador. Ver Carlos Fico, 2021, p. 29.

² João Amoedo no Roda Viva: “(...) não procurar resolver o passado”; Geraldo Alckmin no Roda Viva: “não ficar brigando sobre o passado, é olhar pro futuro”; Mirian Leitão na GloboNews: “o importante é saber o seguinte, não é o passado, mas (...) o futuro” / “a minha preocupação não é com o passado”; Jair Bolsonaro no Jornal Nacional: “deixe os historiadores pra lá”.

entrevistas que tais agentes políticos concederam em variados meios de comunicação e que tenham remetido, de alguma forma, ao passado histórico. Essas falas serão examinadas levando-se em conta dimensões quantitativas e qualitativas, segundo critérios apresentados nas páginas seguintes. Mediante a hipótese de que os vetores dos debates desse processo apontaram constantemente para o passado, buscar-se-á encontrar alguns sentidos para esse quadro.

“Ciência dos homens (...) no tempo”, consagrou Marc Bloch (2001: 55) em sua apologia. De fato, nos é claro que a História não se ocupa propriamente do passado, mas de um certo nexos temporal (CERRI, 2011: p. 120), de uma certa lógica de atribuição de sentido num *continuum* de nossas trajetórias individuais e coletivas. A esse respeito, o filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen (RÜSEN, 2001), traz à tona o conceito de “consciência histórica” como um tipo de operação mental básica a partir da qual conseguimos experimentar o tempo com alguma coerência. De modo que a existência de um pensamento histórico ou mesmo de uma disciplina histórica está profundamente vinculada à necessidade humana de preencher lacunas de orientação em relação a um tempo móvel, transitório, escorregadio. A consciência histórica, em seu procedimento cognitivo de atribuição de sentido ao movimento dialético de mudança e permanência que nos perpassa, possibilita a diminuição dessa carência de orientação temporal.

Nessa perspectiva, parece consequente que num delicado momento em que agentes políticos se vejam diante da necessidade de pensar e deliberar sobre projetos de futuro para a nação, a consciência histórica se imponha como um importante instrumento social na busca por respostas ou direcionamentos. Também parece consequente que quanto mais incerto, insólito, apavorante ou contingente o futuro se apresente, maior será a carência de orientação e, também maior, a recorrência de manifestação da consciência histórica ou, enfim, de elucubrações das mais variadas ou espinhosas sobre o passado. Em outras palavras, nossa crise de perspectivas em relação ao futuro, pode nos conduzir a uma relação mais intensa com o passado.

Para Reinhart Koselleck, o tempo histórico se dá, justamente, num delta entre duas manifestações inscritas na psique humana: o espaço de experiência e o horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006: 16). A História seria operacionalizada pelos indivíduos e coletividades a partir da tensão constante entre essas duas expressões da consciência. O tempo da História, portanto, percebido no presente, traz ontologicamente em sua composição, o passado como experiência, mas também, o futuro como expectativa. De modo simplificado, não apenas olhamos e agimos em relação ao futuro considerando nossas experiências sedimentadas no

tempo, como também nos reportamos ao passado com base nas nossas ambições e esperanças projetadas no devir. O tempo no qual essa mediação é alinhavada mediante constante retificação é o tempo da História. Sob mais essa luz, podemos compreender, então, a constante incidência do passado nos discursos do processo eleitoral como fruto dessa tensão. Porém, considerando que essas perspectivas ligadas a temporalidade passada ou futura são frequentemente ressignificadas, em 2018 parece ter ocorrido, no Brasil, um momento crítico de redimensionamento de tal correlação temporal.

Chegamos, então, às reflexões de François Hartog sobre essas questões. Tendo Koselleck entre suas principais referências, o autor propõe o uso de uma nova categoria para pensar nossa relação social com o tempo: a noção de regime de historicidade. Comparado pelo próprio autor como um conceito aproximado ao tipo-ideal weberiano, o regime de historicidade enseja a identificação de temporalidades predominantes em determinadas conjunturas. Podendo ser aplicado num contexto mais amplo como uma era, a um processo mais restrito ou mesmo a um personagem histórico, essa ferramenta possibilita considerar se o elemento em questão tem seu escopo mais orientado pelo passado, pelo presente, pelo futuro ou por uma composição específica de duas temporalidades (HARTOG, 2013: 13). Com essa ferramenta, podemos atribuir mais inteligibilidade ao nexos temporal e iluminar a interpretação de que em 2018, por exemplo, experienciamos uma “crise do tempo” fundamentada no fato de que em um cenário no qual o país deveria inferir sobre seus projetos de futuro, o passado acabou se apresentando como um núcleo muito mais ativo na movimentação dos discursos.

Isso posto, ao analisarmos a incidência do passado, da memória ou da própria História nos discursos dos presidentes, propomos aqui a concepção de duas subcategorias para o conceito de regime de historicidade: a de *trânsito temporal do discurso* e *eixo temporal do discurso*.

A primeira visa mapear a envergadura da distensão temporal mobilizada pelos enunciadores, tendo como referências datas, eras, eventos, personagens e processos históricos. A partir dessa subcategoria, é possível observar se os candidatos se servem de análises de curta, média ou longa duração em suas exposições discursivas, por quais temporalidades específicas eles transitam e os potenciais significados que podem ser atribuídos a tais composições. A ordenação desse quadro também pode orientar comparações mais eficazes entre os candidatos e até mesmo viabilizar a identificação do sentido e importância que eles atribuem à História

como apoio na interpretação e/ou resolução de demandas do presente; assim, já denotando algum grau de interesse, afinidade e disposição de se remeter ao passado como complexo estruturante da realidade. Esse será nosso primeiro passo na tentativa de caracterizar a relação dos agentes políticos de 2018 com o passado histórico.

Já a noção de *eixo temporal do discurso* busca estabelecer qual época, processo ou fato histórico específico está mais presente nos discursos, qual fenômeno passado ajuda a compor com mais intensidade a coerência identitária do enunciador ou do grupo ao qual ele se vincula, quais estratos de tempo³ suscitam maior vínculo, interesse ou preocupação desse agente político. Fazendo uma referência alegórica à teoria da relatividade geral, a “gravidade” atribuída pelo enunciador a certos acontecimentos pontuais do passado, pode criar um campo gravitacional a partir do qual o discurso tende a incidir com mais insistência. Esse é o sentido de pensar tal categoria como um *eixo*. Com a localização dessa hipotética circunstância cardeal que pode ser fonte de preocupação e ao mesmo tempo oferecer um maior repertório de exemplos, causas ou paradigmas ao candidato, podemos assim, buscar encontrar nas falas dos presidentiáveis a existência de um foco principal a partir do qual irradiam os problemas centrais do presente ou a inspiração para sua resolução. Além disso, a identificação de um *eixo temporal do discurso* também tem a possibilidade de evidenciar embaraços de memória e nódoas históricas consideradas significativas para esse ou aquele agente político.

Por fim, buscaremos identificar, também, nos discursos, por qual paradigma predominante cada candidato acessa o passado. Fica claro nas entrevistas que essas chaves de acesso à História vivida ou apreendida são variadas entre os candidatos, porém, pode-se identificar uma certa predominância de algumas chaves específicas em cada um deles. Entre as mais preeminentes, destacamos: a nostalgia, o ressentimento, a imputação, a *Historia magistra vitae*, a História-legado a História como protagonismo das coletividades e o revisionismo⁴/negacionismo.

O material utilizado como *corpus* documental para essa análise foram cento e dezoito entrevistas concedidas pelos presidentiáveis em dezesseis diferentes veículos de comunicação ao longo do ano eleitoral de 2018 e disponibilizadas pelos próprios veículos ou por terceiros em *sites* como *Youtube* e *Facebook*. Essas entrevistas passaram por uma escuta na qual se buscou

³ Diferentes camadas de experiências temporais que podem incidir sobre um determinado momento histórico. Ver Reinhart Koselleck, 2014, p. 9.

⁴ Refere-se aqui ao “revisionismo ideológico” apontado por Marcos Napolitano, 2021, p. 86.

identificar e transcrever os trechos em que a História foi evocada, segundo alguns critérios. Foi, assim, considerado História nesse levantamento:

(a) fatos e processos de interesse coletivo ocorridos no passado do Brasil e/ou do mundo e que já tenham sido objetos de investigação historiográfica relativamente ampla;

(b) conceitos históricos, desde que citados numa lógica de longa/média duração (ex. burguesia, fascismo);

(c) trajetórias pessoais, desde que vinculadas ao item (a);

(d) citação de interpretações de historiadores, desde que vinculadas ao item (a);

(e) elucubrações sobre fluxos temporais abrangentes; e

(f) fatos ocorridos até o ano de 2013 (a partir de quando se observa uma mudança de ciclo da Nova República), quando se identifique que seus significados estejam em disputa.

A partir de agora, portanto, seguindo os critérios apresentados até então, avaliaremos as falas dos treze candidatos à presidência da República pela ordem de votos recebidos no primeiro turno da eleição.

Usos do passado no “país do futuro”

O décimo terceiro colocado, João Goulart Filho (Partido Pátria Livre), por questões óbvias, é um nome fortemente ligado à História do Brasil. Filho do ex-presidente João Goulart que foi vítima do golpe civil-militar de 1964, o próprio João Goulart Filho passou a infância no exílio. Foram encontradas apenas três entrevistas desse candidato nos meios virtuais (G1-CBN, EBC-TV Brasil e GloboNews). As principais datas pelas quais o discurso de João Goulart trafega são 1954, 1955 e 1964. Os personagens históricos mais presentes em suas falas foram João Goulart, Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. Entre os fatos mais evocados estiveram a Ditadura Militar, o golpe de 1964, a legislação trabalhista, a criação da Petrobrás, o grupo MR-8, o nacional-desenvolvimentismo, a duplicação do salário-mínimo e as reformas de base.

Em suas falas, João Goulart Filho não apenas evoca, constantemente, o robusto legado político de seu pai, como se coloca como um ente a reatar o presente na sequência daquele passado de esperanças perdidas de 1964. Suas propostas se voltam diretamente para as propostas intentadas pelo próprio João Goulart:

Nós temos que recuperar a capacidade do salário brasileiro... nos chamam de utópicos quando dizemos que nós queremos dobrar o salário-mínimo no Brasil em 4 anos. Nós já fizemos isto! Em 1954, Jango como ministro do presidente Vargas outorgou 100% de aumento do salário-mínimo, não em 4 anos, outorgou em 30 dias. (GOULART FILHO, João. GloboNews, 2018, min. 03:21).

O candidato, tendo como núcleo dos seus discursos o Brasil dos anos 1950 e 1960, manifesta seus planos de futuro totalmente atrelados a esse passado. Se colocando como herdeiro de tal legado, suas falas denotam, como fica evidente no trecho acima, a perspectiva de rearticulação de um plano interrompido há mais de cinco décadas. Por conta desse embaraço temporal ao qual essa candidatura se vê submetida, com inclusive uma postura nitidamente defensiva quando o assunto abordado eram as Forças Armadas, propõe-se que a chave de acesso predominante nos discursos é a do ressentimento, assim como, identifica-se também, fortes elementos de uma História-legado.

O décimo segundo colocado, José Maria Eymael (Democracia Cristã), acessa o passado, claramente, pela via da nostalgia. Seu discurso, identificado também em apenas três entrevistas (G1-CBN, EBC-TV Brasil e Jornal Nacional), trafega temporalmente de 1891, quando justifica as diretrizes da Democracia Cristã, inspiradas pela encíclica papal *Rerum Novarum*, passando pela fundação desse movimento político em 1942, até focar no seu eixo temporal próprio: o período da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988:

Veja, como constituinte, eu aprovei 145 propostas, eu fiquei entre os 15 constituintes com o maior número de propostas aprovadas e, entre elas, a definição do modelo de sociedade a ser construída pelos brasileiros, é o inciso primeiro, do artigo terceiro “uma sociedade livre, justa e solidária” (...). (EYMAEL, José Maria. Jornal Nacional, min. 00:13).

Trazendo à tona, especialmente, a sua ativa participação no documento fundante da Nova República, praticamente o único personagem histórico citado por Eymael é o ex-deputado Ulysses Guimarães. Entre diversas falas, por vezes anedóticas, sobre a Constituinte, Eymael se coloca como autor do comando que, segundo ele, dá o escopo do documento: “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Assim, ao encabeçar uma candidatura com baixíssima probabilidade de êxito nas urnas, sua âncora nas entrevistas era, de fato, falar sobre o momento mais dinâmico de sua carreira política. Em mais esse caso, o passado foi mais considerado que o futuro.

A décima primeira colocada, Vera Lúcia (PSTU) foi uma das presidenciáveis que mais recorreu a interpretações estruturais diacrônicas nas três entrevistas analisadas (G1-CBN, EBC-TV Brasil e GloboNews). Quando questionada sobre o feminicídio, a candidata relacionou a violência atual praticada no Brasil como uma herança do passado escravocrata. Quando trazido à tona o tema da violência no campo, Vera Lúcia se reportou a grilagem, a Lei de Terras de 1850 e a violência do próprio processo de colonização. Outros temas históricos que também apareceram em suas falas foram relacionados ao *Impeachment* de Fernando Collor, à Revolução Russa, Revolução Cubana, ao stalinismo e ao exclusivismo da História tradicional.

Nós somos a favor da reforma agrária, sem indenização do latifúndio, porque essa terra é nossa; ela pertence, principalmente, a nós que somos descendentes de índios, que fomos roubados desde o início da colonização, somos donos dela porque trabalhamos aqui por mais de 350 anos na condição de escravos e ao sair das senzalas, sem direito absolutamente nada. (LÚCIA, VERA. EBC-TVBrasil, min. 07:20).

Diferente dos discursos dos outros candidatos, Vera Lúcia não se deteve em um eixo temporal específico do passado. Suas falas envolvendo a História transcorreram desde o período colonial, imperial, até eventos de referência ao socialismo internacional. A importância dada ao passado pela candidata está mais associada a justificação das injustiças do presente, constantemente encadeadas no discurso por uma lógica de longa duração. Chamaremos essa chave de evocação do passado de imputação. O fato de a candidata se apresentar em defesa de um movimento que tem o socialismo como horizonte, direcionava os discursos para o passado tanto pela iniciativa da presidenciável de buscar na História as razões estruturais das injustiças, quanto pela inquietação dos próprios entrevistadores em compreender a sua leitura de determinados eventos históricos vinculados ao socialismo.

O décimo colocado foi Guilherme Boulos (PSOL). Foram encontradas, na internet, dez entrevistas do candidato (G1-CBN, EBC-TVBrasil, UOL-Folha, MyNews, Poder360, IstoÉ, BandNews, GloboNews, Jovem Pan e Roda Viva). Assim como Vera Lúcia, seus discursos também foram marcados por análises de longa duração nas quais o trânsito temporal avançou até o Período Colonial. Outros fatos ou processos presentes em suas falas foram: a escravidão, o socialismo real, o Golpe de 1964, a Ditadura Militar, o movimento das “Diretas Já” e a Redemocratização. Os personagens abordados com mais frequência numa dimensão histórica foram Zumbi dos Palmares, Dom Pedro I, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Evocando a História predominantemente por uma noção de protagonismo das coletividades de tendência marxista e, também, da imputação, Guilherme Boulos destacou, frequentemente, o papel ativo dos indivíduos perante a História, especialmente, quando o objeto das discussões era o período da Ditadura Militar, principal nódoa do passado que funcionou como eixo temporal do discurso nas suas falas:

A Ditadura Militar não se encerrou porque um grupo de generais se fechou numa sala e achou que era o momento de dar fim. A Ditadura Militar se encerrou porque a sociedade se organizou, foi pras ruas, fez o movimento das “Diretas Já”, porque pessoas, movimentos sociais se articularam, as mudanças não se fazem apenas por dentro das instituições porque ninguém abre mão dos seus privilégios de bom grado (...) (BOULOS, Guilherme. IstoÉ, 2018, min. 22:05)

Diferentemente dos demais candidatos analisados até agora, Boulos não teve o passado como núcleo preponderante dos seus enunciados. Apesar disso, a História fluiu com um teor destacado nas suas entrevistas; seja pelas análises de longa duração, seja pelas diversas elucubrações sobre os movimentos da História, seja pelos constantes paralelos entre passado e presente ou pelo uso frequente de *topoi* ligados ao conhecimento comum sobre o passado (Robin Hood, Dom Pedro I, por exemplo).

Álvaro Dias (PODEMOS), nono colocado, teve onze entrevistas aqui analisadas (G1-CBN, EBC-TVBrasil, UOL-Folha, MyNews, IstoÉ, BTG, Mariana Godoy, GloboNews, Jornal Nacional, Jovem Pan, Roda Viva). Formado em História pela Universidade Estadual de Londrina, integrante da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e com a oportunidade de participar de longas e variadas sabatinas, o candidato teve muitas oportunidades de aludir sobre o passado histórico.

O trânsito temporal do seu discurso se enveredou até chegada das “primeiras caravelas”, em 1500, passando por Tiradentes, Primeira República, Guerra de Canudos, Quinta República, Guerra do Vietnã, para se deter, predominantemente, no período da Nova República onde é identificado o seu eixo temporal do discurso. O fato de ter tido ampla atuação política em cargos eletivos durante as últimas cinco décadas, lhe permitiu transitar com maior desenvoltura por esse último período. Em nenhum momento foi feita qualquer referência à ditadura militar, embora tenha sido mencionado pelo candidato o período brevemente parlamentarista imediatamente anterior ao golpe de 1964 e a Redemocratização imediatamente posterior ao fim da ditadura.

Se remetendo ao passado pela combinação da chave da *Historia magistra vitae* e da imputação, os enunciados de Álvaro Dias tecem um fio bem nítido entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Seu projeto mais genérico para o futuro era o de “refundação da República” sob a alegação de que:

A República nasceu com um grave vício de origem. Nasceu com o divórcio entre as instituições públicas e a sociedade, preservando elitismos e privilégios. Lá em Canudos, sobretudo, se verificou a maior violência contra a sociedade. São já 130 anos de fundação da República, cerca de 120 anos de Canudos e nós continuamos com privilégios e elitismos. (DIAS, Álvaro, Roda Viva, 2018, min. 11:47).

Portanto, sua relação com a História nas entrevistas transcorreu por esse viés que combinou o uso de diversos “lugares comuns” com observações um pouco mais acentuadas, como nas vezes em que vinculou seu diagnóstico de degradação originária da República Brasileira com seus projetos, ainda que vagos, de reestruturação do modelo republicano.

A oitava colocada na eleição, Marina Silva (REDE), compartilha com o presidencial anterior a mesma formação acadêmica. Graduada, também, em História, pela Universidade Federal do Acre, Marina trouxe essa informação à tona em algumas das onze sabatinas aqui analisadas (G1-CBN, EBC-TVBrasil, UOL-Folha, GloboNews, Canal Livre, Mariana Godoy, Poder360, O Globo, Jornal Nacional, Jovem Pan e Roda Viva). Sua ligação formal com a disciplina histórica parece ter se manifestado na incidência de abrangentes paragens em seu trânsito temporal do discurso. Estiveram presentes a Reforma Protestante, a Revolução Francesa, Revolução Industrial, a Ditadura Militar, a citação do livro “Sapiens – Uma breve História da Humanidade” do historiador israelense Yuval Harari; porém, assim como vários candidatos já mencionados, seu eixo temporal esteve focado na Nova República, período no qual Marina ocupou vários cargos eletivos, sendo o mais destacado o de Ministra do Meio Ambiente do Governo Lula entre 2003 e 2008.

Suas falas, concentradas no período pós-Redemocratização destacaram, simultaneamente, um respeito e uma vinculação aos “acertos” da Nova República, especialmente, através de membros de sua equipe de campanha que teriam contribuído para tais avanços. O Plano Real, o SUS e o Bolsa Família apareceram constantemente como os grandes ativos dessa argumentação. Ao mesmo tempo, a candidata inseriu o que identifica como um grande transtorno do tempo presente – a polarização –, numa lógica de permanência de uma suposta constante polarização da História nacional:

Nós vamos agora entregar o futuro do nosso país para uma guerra que não é nossa? Essa guerra não é nossa. Essa polarização no Brasil, ela tem raízes históricas; é só ver Império/República, é só ver Arena/MDB, democracia/ditadura e PT/PSDB; agora essa história de Lula/Bolsonaro? (SILVA, Marina. Canal Livre, 2018, min. 34:20).

Marina Silva também utilizou constantemente personagens históricos para delinear seu *êthos*. Em mais de uma entrevista falou sobre suas inspirações se correlacionando simbolicamente a Mahatma Gandhi, Madre Tereza de Calcutá, Martin Luther King, Nelson Mandela e Chico Mendes. De modo que sua principal chave de acesso ao passado histórico – demonstrado pela constante evocação de legados tanto de personagens quanto de práticas consideradas assertivas – se deu pelo que aqui estamos designando como *Historia magistra vitae*.

Henrique Meirelles (MDB) foi o sétimo colocado nesse processo eleitoral e teve, aqui, quinze entrevistas analisadas (G1-CBN, EBC-TVBrasil, UOL-Folha, GloboNews, MyNews, IstoÉ, BTG Pactual, Jornal Nacional, Poder360, Jornal da Gazeta, Mariana Godoy, Canal Livre, BandNews, Jovem Pan, e Roda Viva). Nome fortemente ligado à economia e mais um dos quatro ex-ministros aqui analisados, o candidato presidiu o Banco Central durante todo o período do Governo Lula (2003-2011). Seu trânsito temporal do discurso avançou até os “impérios da antiguidade”, passando pela Crise de 1929, o Governo de Juscelino Kubistchek, a hiperinflação, a Redemocratização, as privatizações dos anos 1990 e o Governo Lula. Notavelmente, a guia de seu trânsito temporal foi quase sempre a economia, aspecto da vida social da qual Meirelles se sentia, claramente, mais confortável para versar.

Embora a História tenha sido usada pelo candidato, principalmente no âmbito *magistra vitae*, constantemente captando exemplos do passado para justificar suas posições econômicas, o seu eixo temporal esteve mais ligado a chave da nostalgia, sobretudo, nas falas em que se remeteu ao período do Governo Lula. Não, necessariamente, a sua própria nostalgia, mas a que ele buscava provocar no eleitor:

(...) eu não sou herdeiro do governo Lula, de nenhuma maneira. Eu administrei um banco central independente. (...) Então, num momento em que o Brasil cresceu, as pessoas conseguiram emprego e as pessoas se lembram disso, dizem “ah, o senhor foi a pessoa, então responsável? Porque naquela época eu comprei, pela primeira vez uma televisão, uma geladeira, um fogão, um liquidificador, o que for, eu viajei, nós comemos melhor naquela época lá em casa”. Então, existe uma lembrança muito forte disso, no Brasil inteiro. (MEIRELLES, Henrique. MyNews, 2018, min. 03:15)

Seus enunciados tiveram, então, como núcleo argumentativo a noção de que aquele passado recente de prosperidade vivenciado pelos eleitores tinha sua atuação no Banco Central como uma das causas vitais. Sua campanha apostava fortemente na memória afetiva dos brasileiros em relação a esse recorte temporal.

O sexto colocado, Cabo Daciolo (Patriota) teve apenas uma entrevista localizada na internet. Essa entrevista foi realizada por Fernando Gabeira, jornalista da GloboNews no que parece ser um quiosque. Com a duração de 11:05 minutos, não foi identificada a evocação direta de temas históricos nessa conversa. Com base na sua participação em quatro debates exibidos na televisão e internet (Band, RedeTV!, SBT e Record), foi possível apenas subentender que, na sua compreensão, os processos históricos estão pautados teleologicamente pela manifestação da vontade divina no mundo: “Servimos [a] um Deus vivo. E vamos transformar a colônia brasileira em nação brasileira. Glória a Deus.” (DACIOLO, Cabo. Band, 2018, min. 03:47:30). Podemos categorizar essa maneira de compreender o desenrolar dos fatos históricos como um desígnio de Deus ou como uma História-providência.

O quinto colocado foi João Amoedo (NOVO). Foram analisadas onze entrevistas desse presidenciável (G1-CBN, EBC-TVBrasil, UOL-Folha, GloboNews, IstoÉ, BTG Pactual, Jornal da Gazeta, Canal Livre, Jornal Nacional, Jovem Pan e Roda Viva). O regime de historicidade de Amoedo nos discursos do processo eleitoral, definitivamente, não era o passado. Em alguns candidatos isso foi mais fácil de se identificar, em outros não. Mas no caso desse candidato ficou bastante claro que quem trouxe a História para as discussões foram os entrevistadores.

Espontaneamente, João Amoedo transitou entre a imigração europeia para o Brasil nos séculos XIX e XX, o decreto de equiparação salarial de 1943, a implantação do Plano Real e a privatização das telecomunicações. Quando interpelado sobre suas inspirações na política, foram citados personagens como Winston Churchill, Margareth Thatcher e Roberto Campos. Enquanto isso, seus entrevistadores falaram sobre Madre Tereza, Gramsci, ditadura militar, construção de Itaipu, Guerra Fria, Muro de Berlim, colonização dos EUA, fascismo, eleições de 1989, entre outros. Em um momento em que o assunto eram cotas raciais, tema que foi trabalhado em, praticamente, todas as entrevistas com os presidenciáveis de modo combinado com alguma consideração sobre a escravidão, o candidato indicou sua posição em relação a esse tema e ao passado:

E, mesmo quando se fala em dívida histórica, tudo isso, eu acho importante, se a gente já passou, o mundo já passou por muitas guerras, por vários problemas, mas a gente tem que ficar com os ensinamentos dessas dívidas... dessa... dos problemas e não procurar resolver o passado. A gente tem que usar o aprendizado pra olhar pra frente e melhorar o nosso país (...). (AMOEDO, João. Roda Viva, 2018, min. 56:44).

Embora, no contexto dessa fala, seus interlocutores tenham feito alongadas elucubrações sobre os efeitos de longa duração da escravidão sobre a vida das populações negras do país hoje, Amoedo evitou o uso do termo “escravidão” em sua resposta e quando o tema da discussão eram as cotas raciais, preferiu usar o termo “guerras” para aludir vagamente às violências do passado. Mesmo dizendo em seguida que devemos usar o “aprendizado do passado para olhar pra frente”, quando o candidato fala em “não procurar resolver o passado”, demarca uma certa recusa a reconhecer o nexos histórico entre as sujeições do passado e do presente, especialmente no que se refere a estruturação da desigualdade na sociedade brasileira.

Geraldo Alckmin (PSDB) foi o quarto candidato mais votado nesse pleito e foram analisadas onze entrevistas do ex-governador (G1-CBN, UOL-Folha, IstoÉ, GloboNews, Canal Livre, BTG Pactual, Mariana Godoy, BandNews, Jornal Nacional, Jovem Pan e Roda Viva). Assim como outros aqui já citados, também integrou a Constituinte de 1987-1988 e foi o político que governou o Estado de SP por mais tempo desde a Redemocratização. Seu trânsito temporal do discurso esteve circunscrito, especialmente, ao século XX e início do XXI, trafegando pelos seguintes temas: imigração, gripe espanhola, fascismo, Era Vargas, pós-guerra, governo JK, reformas de base, ditadura militar, redemocratização, Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, eleição de 1989, governo Itamar Franco, governo FHC, implantação do Plano Real e o mensalão. O tema histórico mais evocado nas onze entrevistas foi o Plano Real, grande lastro histórico de legitimidade de seu partido e ao qual ao menos outros três candidatos buscaram de alguma forma se vincular. Seu eixo temporal esteve, portanto, ancorado no período da redemocratização:

Foi esforço conciliatório que levou a Redemocratização, foi esforço conciliatório que levou Itamar Franco, Fernando Henrique que levou ao Plano Real, todos os avanços que o Brasil deu foi através de um esforço conciliatório. (...) Eu me lembrei do Juscelino Kubistchek quando disse: “vou percorrer o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, pregando a união nacional”. (ALCKMIN, Geraldo. Roda Viva, 2018, min. 12:14).

A marca constante de seu acesso ao passado histórico foi a citação literal de frases de personagens como Santo Agostinho, Olavo Bilac, Paulo VI, Juscelino Kubistchek, John Kennedy e Mario Covas; assim como a comparação diacrônica remetendo a diversos estratos temporais

dentro dos limiares aqui já mapeados, como pode ser identificado no excerto anterior. Notadamente, essa combinação nos conduz ao termo de que esse candidato também teve como chave predominante de excursão ao passado, a *Historia magistra vitae*, especialmente a partir do artifício de evocação dos ensinamentos de “grandes homens” do passado.

O terceiro colocado, Ciro Gomes (PDT), como um *polytropos*⁵, foi o candidato que empregou a mais abrangente alusão de temas históricos entre os presidenciais analisados, como foi possível perceber nas treze entrevistas mapeadas (G1-CBN, UOL-Folha, BTG Pactual, Jornal da Gazeta, Mariana Godoy, Poder360, O Globo, Canal Livre, BandNews, GloboNews, Jornal Nacional, Jovem Pan e Roda Viva). Além de outros diversos cargos eletivos, foi ministro duas vezes em dois momentos distintos da Nova República, o governo Itamar Franco e o governo Lula.

Com muitas voltas, seu trânsito temporal se estendeu até o início da Era Moderna com Nicolau Maquiavel, passando pelo século XVIII iluminista onde se localizou o personagem histórico mais citado em seus discursos: Montesquieu. Frequentaram também as suas falas Napoleão Bonaparte, Thomas Jefferson, George Washington, Princesa Isabel, Barão do Rio Branco, Getúlio Vargas e vários políticos envolvidos na Revolução de 1930, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros, João Goulart e diversos agentes do golpe militar de 1964, Leonel Brizola, Deng Xiaoping e todos os presidentes eleitos desde a redemocratização. Outros tópicos da História frequentes em suas falas foram a abolição da escravidão, criação da Petrobrás, nazi-fascismo, Segunda Guerra Mundial e termos que remetem ao passado como “capitão-do-mato”. Seu eixo temporal do discurso foi definido pelo fato mais citado em suas falas: a implantação do Plano Real e sua passagem pelo Ministério da Fazenda em 1994, localizado, portanto, no período da Nova República.

A História apareceu em seus discursos e, como já pôde ser observado, da maioria dos candidatos, no modo *Historia magistra vitae*. Porém, uma especificidade de Ciro Gomes foi se deter mais prolongadamente nos temas históricos que se propôs a abordar e com um viés professoral. Embora tenha dispensado bastante energia para falar sobre o futuro, o passado apareceu como o seu grande lastro argumentativo em sucessivos momentos. Quando questionado, por exemplo, sobre como lidaria com possíveis impasses entre o Executivo e o Legislativo, Ciro recorreu à seguinte abordagem diacrônica:

⁵ Característica atribuída por Homero a Odisseu, como um personagem multifacetado, versátil, de muitas voltas. Ver Donaldo Schüler, 2016, p. 139/140.

Desde o General Dutra até hoje, todos os presidentes se elegeram com minoria no Congresso; portanto, isso é inerente a História brasileira. Mas, todos tiveram poderes quase imperiais, doentamente, nos seis primeiros meses; portanto, se a reforma é o compromisso, há que se propô-la nos seis primeiros meses. (GOMES, Ciro, GloboNews, 2018, min. 34:15).

Essa fala foi repetida de maneira quase idêntica em seis entrevistas e foi um dos muitos exemplos do discurso político como operador da mediação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa entre os candidatos. De modo que o argumento explícito em diversos momentos era o de que o presidenciável sabia como propor soluções para as demandas do presente por, presumidamente, ter estudado o passado da humanidade. Ciro Gomes também se valeu da História para apresentar um *êthos* de versatilidade política como quando, no final de sua entrevista do programa Roda Viva, citou, sequencialmente, uma biografia do conservador Winston Churchill como livro preferido e uma máxima do revolucionário Che Guevara⁶ como frase preferida.

Fernando Haddad (PT), segundo lugar no processo eleitoral, esteve submetido a quatro vórtices que o remeteram para o passado de maneira quase incontornável nas dez sabatinas encontradas (G1-CBN, UOL-Folha, BTG Pactual, MyNews, Mariana Godoy, O Globo, Canal livre, GloboNews, Jornal Nacional e Roda Viva). A combinação de sua própria formação em Direito, Economia e Filosofia; a defesa constante do legado petista frente às provocações dos entrevistadores; a iniciativa de apelo do candidato à nostalgia do eleitor em relação ao período de prosperidade do Governo Lula – mais um caso em que se identificam fortes elementos da História-legado –; e o contraste que visava sublinhar com seu adversário de segundo turno, um notório apologista da ditadura militar. Esse foi mais um caso no qual se pôde identificar com clareza que o regime de historicidade que permeou as entrevistas com mais intensidade foi o passado. Afinal, havia pouco espaço para o futuro na conjuntura desse ambiente discursivo.

Com um trânsito temporal, também abrangente, Fernando Haddad fez breves citações das três principais revoluções políticas determinantes na configuração da Era Contemporânea (inglesa, francesa e estadunidense), passando pela Primeira República e diversos de seus protagonistas, pelo tenentismo, Crise de 1929, nazi-fascismo, Era Vargas, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros, Darci Ribeiro, Guerra Fria, Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Nelson Mandela, Ditadura Militar, tortura, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, a

⁶ “Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás”.

redemocratização, a criação do Plano Real, o governo FHC e o governo Lula. O candidato apresentou em seus discursos um eixo temporal duplo. Ao mesmo tempo que lhe era eleitoralmente interessante contrastar os oito anos de governos do PSDB com os 13 anos de governos do PT, portanto, houve foco constante nessa comparação; também era imperativo abordar a principal nódoa temporal para onde, especialmente no segundo turno, a disputa discursiva convergia: os significados e ecos dos 21 anos da ditadura militar:

Nós não precisamos ser tutelados por militar. O Brasil tem mais de 100 anos de República, a maior parte do tempo tutelados por militar. Nós tivemos militar eleito, como é o caso do Marechal... tivemos Marechal Deodoro, tivemos Floriano Peixoto, tivemos eleição do Hermes da Fonseca, tivemos o Eduardo Gomes que disputou a eleição e perdeu, tivemos o Marechal Lott que disputou a eleição e perdeu; nós temos o tenentismo que resultou depois na ditadura Vargas. Nós sabemos essa história, Dutra que foi eleito. Eleitos, não eleitos, tem muita gente aí militar que ocupou, mas, sempre a tutela. Eu achei que em 1988, nós tínhamos resolvido essa questão de não ter tutela, entendeu? (HADDAD, Fernando. O Globo, 2018, min. 20:00).

O trecho acima traz vários dos elementos que caracterizaram as falas do candidato envolvendo a História. De maneira similar a Ciro Gomes, Haddad opera uma análise diacrônica, empregando interpretações de longa duração, sob a chave *Historia magistra vitae*, também assinalado por um viés professoral e buscando demarcar sua contraposição ao adversário de segundo turno, sobretudo, com relação a diferente forma como ambos se reportam ao período de 1964 a 1985.

Nessa mesma entrevista concedida por Haddad ao *O Globo*, o candidato replicou uma acusação de Geraldo Azevedo de que o cantor teria sido torturado por Hamilton Mourão, vice de Jair Bolsonaro, no período em que esteve preso, em 1969. Fernando Haddad repetiu cinco vezes a acusação chamando Hamilton Mourão de “torturador” até ser verificada pelos entrevistadores a inverossimilhança da acusação, já que Mourão tinha apenas 16 anos na época do episódio mencionado. Esse tipo de dissonância sobre o passado identificada na fala de Haddad – presidenciável presumidamente mais comprometido com a verdade e com a legalidade do que o seu adversário – nos evidencia que esse tipo de artifício não foi empregado apenas por aqueles que se mobilizaram em torno de *fakenews* e de explícitas distorções como foi o caso do candidato vitorioso no pleito eleitoral.

Muitas temáticas ligadas aos estudos históricos se sobressaem frente ao fato de que nas eleições de 2018 os brasileiros elegeram Jair Bolsonaro (PSL) como presidente da República. Foram encontradas e analisadas nove entrevistas desse candidato (Poder360, UOL-Folha, CNI,

Mariana Godoy, Canal Livre, GloboNews, Jornal Nacional, Jovem Pan e Roda Viva). Militar reformado, deputado federal por sete mandatos consecutivos, o presidenciável tinha sua imagem associada, nas últimas três décadas, à defesa da ditadura militar. Como já suposto, embora tenha mencionado, como analogia ou ênfase retórica, eventos um pouco mais distendidos no tempo como a escravidão, o tráfico negreiro, Lei Áurea, nazismo, Guerra Fria; e tópicos da Nova República como o Plano Real e os principais personagens desse período; o eixo gravitacional dos discursos foi, marcadamente, conteúdos relativos ao período da ditadura militar. Tais temas se mantiveram em pauta por muitas sequências tanto pela iniciativa dos entrevistadores quanto pela prontidão do presidenciável e pelas agudas divergências suscitadas.

O mais singular nessa conjuntura foi o fato de que o candidato, sistematicamente, recorreu a versões imprecisas, distorcidas ou deliberadamente mentirosas sobre o passado. Alguns dos casos pontuais em que isso ocorreu foram, por exemplo, a negação de que os portugueses (ou, figuradamente, os brancos), tivessem responsabilidade pela escravidão africana nas Américas; a proposição de que havia uma concreta “ameaça comunista” em 1964; a negação de que os atos de 31 de março e 01 de abril de 1964 representaram um golpe de estado; a negação de que ocorreu uma ditadura no Brasil entre 1964 e 1985; a suspeição sobre o assassinato de Vladimir Herzog pelos militares em 1975 e a contestação de que Dilma Rousseff tenha sido torturada na década de 1970. Em sua argumentação de que não houve ditadura no Brasil nesse período, por exemplo, operou-se o seguinte malabarismo retórico:

Quem cassou o João Goulart foi o Congresso Nacional, por aclamação, dia 11 depois teve eleições presidenciais à luz da Constituição. Castelo Branco foi eleito, inclusive, com o voto de Ulysses Guimarães. É História. E costumo me perguntar, muitas vezes, né? Perguntar pro Gabeira aqui, posso perguntar, Gabeira? Não precisa responder não. Faz de conta que você, você é meu esparrum aqui, tá certo? Tancredo Neves foi eleito de forma democrática ou não? Responda, Gabeira, por favor. Tancredo Neves foi eleito de forma democrática? (...) Foi, foi de forma indireta, como cinco militares foram eleitos também. (BOLSONARO, Jair. GloboNews, 2018, min. 01:42:20).

A lógica circunstancial que o candidato busca empregar aqui é a de que há equivalência entre a eleição indireta de Castelo Branco em 1964 e a eleição de Tancredo Neves em 1985. E de fato, superficialmente, há. Portanto, de acordo com o presidenciável, seria um contrassenso considerar uma delas legítima e a outra não. No entanto, ignora-se o fato de que um processo ocorreu justamente para implementar o regime de exceção que se estendeu durante 21 anos e o outro foi condição manobrada pelos próprios militares para moderar a abertura política “lenta e

gradual” em meio as desafortunadas articulações da oposição por eleições diretas em 1985. A diferença entre ambos os episódios é crucialmente contextual e, logo, facilmente passível de distorção conforme a perspectiva empregada. Esse tipo de tática foi utilizada nas suas entrevistas em diversas outras circunstâncias envolvendo a História.

Jair Bolsonaro também se valeu de discursos sobre o passado para criar o seu próprio mito fundador como avatar do antipetismo ou personificação da luta contra a esquerda ainda durante a Ditadura Militar. Falas como: “Eu detesto PT, como regra, desde há muito tempo. Eu acho que até desde antes que o PT não era PT porque eu conheço esse pessoal, alguns, desde 1970”⁷ (BOLSONARO, Jair, GloboNews, 2018, min. 07:44) ou “Eu participei da luta armada no Vale do Ribeira, na caça do Lamarca (...)” (BOLSONARO, Jair. Roda Viva, 2018, min. 45:49), serviriam para sintetizar seu *êthos* fundamental com o uso desses recuos temporais. Ainda que a suposta participação na “caça ao Lamarca” seja bastante controversa, é realmente provável que seu ingresso nas Forças Armadas tenha sido motivado pela experiência de testemunhar a movimentação de tropas pelo Vale do Ribeira, onde habitava durante a infância e adolescência, compondo assim uma oportuna maneira de se vincular à História do Brasil e municiar o maniqueísta *modus operandi* de sua campanha.

Cabe ressaltar que, embora relacionados, o negacionismo e o revisionismo são conceitos que possuem distinções importantes. Segundo Marcos Napolitano o negacionismo constitui-se como a “negação *a priori* de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pese várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico” (2021: 98). Já o revisionismo, sendo uma operação legítima da historiografia diante de novas fontes, problemáticas ou metodologias de pesquisa, se torna controverso quando empregado no modo ideológico. Para Napolitano, esse tipo de revisionismo “parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico” (Idem: 99).

Acessando, assim, a História, destacadamente pela chave do revisionismo ideológico e do negacionismo, conclui-se que, com instrumentalizações diversas de um passado distorcido, fantasiado ou mesmo negado pelo candidato, esse foi o último – aqui analisado – e mais grave

⁷ A artificialidade retórica dessa fala fica evidente diante do fato de que o candidato admitiu – nas entrevistas concedida à Jovem Pan e ao Roda Viva – ter votado em Lula na eleição presidencial de 2002.

caso que se tornou fundamental para arrastar o regime de historicidade do processo eleitoral de 2018, em grande parte, para o passado.

Considerações Finais

A partir desse levantamento comparado sobre as evocações da História ou do passado nos debates eleitorais, para além da comparação de um certo repertório cultural dos candidatos, foi possível identificar a importância e algumas funções de tais elementos na dinâmica dos discursos. As razões colaterais para essa persistência do passado podem ser encontradas no fato de terem participado do pleito: dois professores de História, uma cientista política, o filho de um ex-presidente golpeado, três ex-parlamentares constituintes, três ex-ministros da Nova República e um apologista da Ditadura Militar.

No entanto, a matriz desses encadeamentos parece estar relacionada ao fato de que vivenciamos crises diversas. Na economia, na política, mas também, no próprio tempo. Não havia, efetivamente, sendo apresentados na disputa, novos projetos de país. A novidade apareceu, especialmente, nos personagens. Algumas das abordagens pretensamente originais, como as proposições neoliberais do Partido Novo, por exemplo, estavam imbuídas de ramificadas experiências dos estratos temporais já ordinários da vida político-econômica brasileira.

Assim, a ausência de projetos de futuro, a constante retórica da iminência⁸, as investidas de embaralhamento do significado de fatos, conceitos e processos históricos foram algumas das manifestações dessa crise que teve em 2018 o seu grande entrelace. Se a luz não vinha do futuro, se o passado tornava-se objeto de luta e confusão e, tampouco o presente se apresentava como acolhedor, nossa crise do tempo tomou substância diante da grave demanda de escolher um presidente.

Quadras dispersas da nossa História foram percorridas como efeito dessa crise de perspectivas. É claro que a extravagância negacionista e as constantes posturas fascistoides do candidato vitorioso e de seu entorno foram a expressão mais dramática dessa nossa crise do tempo. Num cenário em que o horizonte de expectativas se encontrava enevoado pela carência

⁸ Percepção de que os acontecimentos que presenciamos são muito graves, decisivos e que estamos prestes a vivenciar profundas mudanças históricas. Ver Carlos Fico, 2021, p. 26.

de planos concebíveis para o futuro, nos restou, então, vagar pelo espaço de experiência criando e, em seguida, sendo capturados por grosseiras armadilhas da nossa embaraçada consciência histórica.

De todo modo, é inegável que o passado teve uma presença singular em todo o processo. Buscamos aqui mapear e estabelecer critérios de classificação e investigação para esse fenômeno. A luz lançada sobre tal conjuntura permitiu notar a predominância da noção de *Historia magistra vitae* a mobilizar os juízos políticos sobre o presente e o futuro, até independentemente do espectro ideológico manifestado pelos postulantes à presidência. Por outro lado, as abordagens tendo em conta a história-processo ou a longa duração, foram mais frequentes nas candidaturas à esquerda, como de alguma forma seria presumível pela influência do marxismo ainda a pairar no substrato desses contornos ideológicos.

Embora o reporte desse artigo corresponda a uma pesquisa em andamento, com análise ainda parcial dos dados, a aplicação das categorias aqui propostas de *trânsito temporal do discurso* e de *eixo temporal do discurso* se mostraram eficientes para apreender os usos políticos do passado no âmbito de discursos eleitorais, podendo ser aplicados em pesquisas futuras para investigar outros processos similares possibilitando, especialmente, comparações mais robustas e abrangentes de tais incidências.

Fontes

ALCKMIN, Geraldo (2018). Roda Viva | Geraldo Alckmin | 23/07/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h6pdFNwECGE>. Acesso em: 20/01/2022.

AMOÊDO, João (2018). Roda Viva | João Amoêdo | 21/05/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46sW-31yyQA>. Acesso em: 20/01/2022.

BOLSONARO, Jair (2018). Roda Viva – Jair Bolsonaro | 30/07/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>. Acesso em: 21/01/2022.

BOLSONARO, Jair (2018). Central das Eleições recebe Jair Bolsonaro, candidato do PSL à presidência | 28/08/2018. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/central-das-eleicoes-2018/v/6980297/> Acesso em: 21/01/2022.

BOULOS, Guilherme (2018). Istoé ao Vivo Especial-Sabatina com Guilherme Boulos pré-candidato à presidência | Guilherme Boulos | 19/06/2018. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=2057759337568949. Acesso em: 19/01/2022.

DACIOLO, Cabo (2018). Debate na Band: reveja na íntegra o 1º confronto entre os presidenciais. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c&t=15s. Acesso em: 20/01/2022.

DIAS, Álvaro (2018). Roda Viva | Álvaro Dias | 04/06/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=20FqgojbqJI>. Acesso em: 20/01/2022.

EYMAEL, José Maria (2018). Globoplay | José Maria Eymael é entrevistado no Jornal Nacional | 21/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3579708/>. Acesso em: 19/01/2022.

GOULART FILHO, João (2018). GloboNews entrevista João Goulart Filho, candidato do PPL à presidência. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/globonews-entrevista-joao-goulart-filho-candidato-do-ppl-a-presidencia-6934873.ghtml>. Acesso em: 19/01/2022.

GOMES, Ciro (2018). Perdeu a sabatina da GloboNews de ontem (01/08) com Ciro Gomes? Reveja agora, na íntegra! | 01/08/2018. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=193596621510076. Acesso em: 20/01/2022.

HADDAD, Fernando (2018). Band Jornalismo | Canal Livre: Fernando Haddad – Parte 1 | 19/08/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dWALHeMGmhQ>. Acesso em: 21/01/2022.

MEIRELLES Henrique (2018). Mynews | HENRIQUE MEIRELLES | ENCONTRO COM PRESIDENCIÁVEIS | 05/09/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bCtTb2EEkt0>. Acesso em: 20/01/2022.

LÚCIA, Vera (2018). Tv Brasil | EBC Entrevista | Vera Lúcia | 12/09/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ta6Obe4IBrI>. Acesso em: 19/01/2022.

SILVA, Marina (2018). Canal Livre | Marina Silva | 03/05/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=615uKpPxUcl>. Acesso em: 20/01/2022.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc (2001). *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar.

CERRI, Luis Fernando (2011). *Ensino de História e Consciência Histórica*. Brasil: Editora FGV.

- FICO, Carlos (2021). *Quem escreve a História: a qualificação do historiador*. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. *Novos combates pela história: desafios – ensino*. São Paulo: Contexto.
- HARTOG, François (2013). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Ed. PUC-Rio.
- KOSELLECK, Reinhart (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio.
- HOMERO (2016). *Odisséia, v.I: Telemaquia / Homero*; tradução do grego, introdução e análise de Donaldo Schüller. - Porto Alegre, RS: L&PM.
- NAPOLITANO, Marcos (2021). Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. *Novos combates pela história: desafios – ensino*. São Paulo: Contexto.
- RÜSEN, Jorn (2001). *Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.